

Aumento na Tributação - Impactos Econômicos Fiscais Causados pela Medida Provisória nº 232 de 30/12/2004

No limiar deste novo ano, assim como ocorreu em 2004, novamente fomos surpreendidos com alterações na legislação fiscal, que trouxe “boas novas” quanto à tributação das pessoas físicas.

Entretanto, as pessoas jurídicas, especificamente as prestadoras de serviços, não tiveram esta mesma sorte

Assim no derradeiro dia do ano de 2004, em edição extraordinária, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 232, cujas principais alterações afetam as pessoas físicas e os prestadores de serviços optantes do lucro presumido. Vejamos as alterações:

1. Do Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF

Relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2005:

Tabela Progressiva de Rendimentos. Base de Cálculo.

O imposto devido será calculado de acordo com as Tabelas Progressivas ao lado:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 1.164,00	-	-
De 1.164,01 até 2.326,00	15	174,60
Acima de 2.326,00	27,5	465,35

Tabela Progressiva Anual

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 13.968,00	-	-
De 13.968,01 até 27.912,00	15	2.095,20
Acima de 27.912,00	27,5	5.584,20

Deduções da Base de Cálculo.

Alteraram-se os valores limites, para fins de dedução; conforme abaixo:

- despesas com instrução do contribuinte e dependente, até o limite individual de R\$ 2.198,00;
- a quantia de R\$ 1.404,00 por dependente.

Neste sentido, com tais ajustes e alterações na Tabela Progressiva Anual, as pessoas físicas podem “sorrir”, já que a carga tributária a ser assumida diminuirá sensivelmente – por informação do Secretário da Receita Federal, o Governo deixará de arrecadar 2,5 bilhões de reais durante o ano.

A despeito da felicidade das pessoas físicas, os prestadores de serviços calculam o aumento da carga tributária a ser assumida e

os impactos financeiros econômicos decorrentes.

2. Da Pessoa Jurídica – Imposto de Renda Retido na Fonte

Com relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 2005:

A alíquota do Imposto de Renda retido na fonte, incidente sobre as importâncias pagas ou creditadas a pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e por locação de mão-de-obra de que trata o art. 3º do Decreto - Lei nº 2.462, de 30 de agosto de 1988, manutenção de bens móveis e imóveis, transporte, bem como medicina prestada por ambulatório, banco de sangue, casa e clínica de